

ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS EM EMPRESA DO RAMO DE TELECOMUNICAÇÕES

Eduardo Tombesi da Rocha (Fadisma) rockdudu.rocha@gmail.com;
Viviane de Senna (Fadisma) vivianedsenna@hotmail.com;

Resumo

A análise das demonstrações contábeis é fundamental para a tomada de decisão, pois transforma dados em informações aos gestores, a partir de indicadores e técnicas contábeis. O objetivo do estudo é aplicar análise das demonstrações utilizando dados contábeis de três empresas prestadores de serviço de telecomunicações para identificar a tendência de riscos de insolvência de empresa com base nos indicadores. A pesquisa foi realizada verificando demonstrações de 2012 a 2016, foram efetuados os cálculos dos indicadores econômico-financeiros a partir dos Balanços Patrimoniais e das Demonstrações de Resultado das empresas. Os resultados mostraram que a Oi S.A. apresentava tendência a insolvência devido ao alto endividamento e baixo retorno sobre seus investimentos. Telefônica S.A e Claro Telecom Participações S.A evidenciaram recessão no mercado, porém a Oi S.A precisou buscar recursos de terceiros e não conseguiu se recuperar, necessitando pedir recuperação judicial em 2016.

Palavras-Chaves: Análise econômico-financeira. Contabilidade. Tomada de Decisão.

1. Introdução

As mudanças no cenário econômico fazem com que as empresas precisem de informações cada vez mais rápidas e confiáveis para que seja possível fazer um planejamento visando à continuidade. Nessa continuidade destaca-se a função social, contribuindo com tributos, empregos ou devolvendo um papel importante na sociedade. Para que as entidades se mantenham saudáveis financeiramente no mercado é necessário contar com profissionais preparados, como um contador.

O contador detém o conhecimento contábil necessário para fazer avaliações da empresa no âmbito interno através de indicadores e externo, observando os concorrentes, clientes e a demanda do mercado. Ele pode dar suporte para que os gestores possam tomar decisões com um grau de assertividade mais elevado. O conhecimento evita que a empresa precise traçar

planos de recuperação judicial futuros, devido a ações como: elevado grau de insolvência, seja trabalhista, tributária ou com seus fornecedores e instituições financeiras.

Para que o profissional contábil possa obter informações sobre as entidades, podem ser usadas as demonstrações contábeis, aplicando técnicas de análise econômico-financeira, criando com isso, um grande instrumento para obter indicadores que forneçam aos interessados subsídios para tomara de decisões. Diante disso, surge o questionamento: Uma análise econômico-financeira realizada por um contador a partir das demonstrações contábeis de uma empresa, utilizando indicadores financeiros pode evidenciar às tendências de insolvência com seus credores?

O objetivo é aplicar procedimentos de análise das demonstrações utilizando dados contábeis publicados de três empresas prestadores de serviço de telecomunicações para fins comparação dentro do período de 2012 a 2016 para identificar a tendência de riscos de insolvência da empresa estudada com base nos indicadores.

Essa pesquisa é importante para os contadores, para as empresas e para meio pelo qual elas se relacionam, no qual o profissional da contabilidade pode fornecer informações precisas que podem auxiliar na prevenção de problemas por parte das empresas. Essas entidades vão continuar a contribuir para a sociedade na medida que geram empregos e mantém suas obrigações em dia.

No estudo serão apresentados o embasamento teórico referente às ferramentas e procedimento de análise das demonstrações contábeis, a descrição do método utilizado, os resultados obtidos e as considerações finais.

2. Análise das Demonstrações Contábeis

Análise de demonstrações possui dois aspectos, estático ou dinâmico, o primeiro se refere a um estudo da situação financeira de uma entidade sem se preocupar com períodos anteriores ou futuros (REIS, 2009). No segundo existe preocupação com a posição no mercado, na qual serão necessárias comparações com períodos anteriores e concorrentes. Segundo Marion (2012) existem três níveis em uma análise de demonstrações contábeis, introdutório, intermediário e avançado, com maior destaque duas demonstrações em especial: O balanço patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

O profissional contábil responsável por verificar as demonstrações e analisar para os interessados. O analista externo utiliza-se de diversas ferramentas para uma análise econômica e financeira de uma empresa, como é o caso dos procedimentos de análise vertical e horizontal (LINS, FRANCISCO FILHO, 2012). A primeira tem como objetivos demonstrar a representatividade e avaliação da estrutura do ativo e do passivo e a segunda são avaliadas a variação nas contas contábeis de um ano para outro.

Os analistas também podem utilizar indicadores para embasar a tomada de decisões. Estes índices de balanço mostram percentuais os reflexos, dentro dos resultados das atividades operacionais da empresa, pois “os índices financeiros permitem construir um quadro de avaliação da empresa” (MATARAZZO, 2010, p. 82). Segundo Ribeiro (2015, p. 163) os indicadores de liquidez e solvência “evidenciam o grau de solvência da empresa em decorrência da existência ou não de solidez financeira que garanta o pagamento dos compromissos assumidos com Terceiros”. Esses indicadores estão divididos em: liquidez geral, corrente, seca e imediata.

Liquidez geral informa a capacidade de uma empresa em liquidar suas obrigações financeiras de curto e longo prazo (JUNIOR, BEGALLI, 2015). Liquidez seca é um indicador que demonstra quanto a empresa tem de valores líquidos à disposição, somados a valores com maior certeza de sua conversão rápida em moeda corrente. E Liquidez Corrente evidencia o quanto uma empresa possui disponível em seu ativo circulante para cada tangível de obrigação no passivo circulante em um tempo certo (LINS, FILHO, 2012). A liquidez imediata se deriva da liquidez corrente e informa a capacidade de uma empresa quitar suas obrigações de curto prazo (JUNIOR, BEGALLI, 2015).

Indicadores de endividamento e estrutura patrimonial buscam evidenciar a composição financeira da entidade, em que nível se encontra o endividamento de uma organização no que tange a origem do capital investido no seu patrimônio. (RIBEIRO, 2015). O endividamento geral mostra o percentual de capital de terceiros utilizado pela empresa como fonte de financiamento das atividades; a participação de capital de terceiros mostra a proporção de capital próprio para cada real de obrigações com terceiros; a imobilização do capital próprio evidencia o montante de patrimônio líquido que a empresa investiu no seu imobilizado; e a composição do endividamento serve para informar o percentual de endividamento de curto prazo (VICECONTI, 2009).

Os índices de rentabilidade são utilizados para fazer uma medição do poder econômico da organização, mostrando se a empresa está obtendo retorno sobre o capital investido (RIBEIRO, 2015). O Retorno do Ativo indica o retorno sobre Ativo Total independente da procedência; o Retorno sobre o patrimônio líquido mostra o percentual do rendimento que foi gerado a partir do capital de recursos próprios; o giro do ativo indica quanto cada unidade monetária de ativos produziu de receita; a Margem líquida indica a capacidade da empresa em gerar lucro comparativamente à receita líquida de vendas; a Margem bruta é a diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das vendas; a Margem operacional mostra o percentual que o lucro operacional representa das vendas líquidas.

3. Histórico das Empresas

O estudo utilizou as demonstrações contábeis da Oi, Claro e Telefônica de três, serão apresentados breves históricos das empresas. A Oi S.A. representa um grupo empresarial de prestação de serviços de comunicação. Iniciou suas atividades em 1988 junto a Telemar. Em 2000 a mudou para Brasil Telecom e em 2001 integrou as 16 operadoras do Norte, Nordeste, Sudeste da Telemar, posteriormente ocorreu a unificação da empresa e em 2002 a Oi S.A foi criada (OI, 2018). No ano de 2014, a empresa apresentou no demonstrativo de resultados um efeito negativo no valor de 4,4 bilhões de reais de operações descontinuadas, referentes ao ajuste necessário do investimento feito na Portugal Telecom para sua venda, e com isso a Oi encerrou o DRE nesse período com um prejuízo de 5,18 bilhões de reais.

Em 2015 a empresa apresentou no lucro líquido consolidado, o qual inclui a descontinuação das operações da Portugal Telecom, um efeito positivo referente à variação cambial sobre valor contábil da portuguesa, passando para um resultado positivo de mais 1 bilhão de reais (TELECO, 2018). Em junho 2016 o Grupo Oi S.A, com base na Lei 11.101/2005, requereu o pedido de recuperação judicial, no qual o processamento foi deferido.

A Claro Telecom Participações S.A. foi criada em 2004 em conformidade Lei Geral das Telecomunicações. Localizada em São Paulo, SP tem por objeto social efetuar o controle de companhias prestadoras de serviços no ramo de telecomunicações, principalmente do Serviço Móvel Pessoal - SMP. A Claro tem como controlador a mexicana América Móvil S.A.B. de C.V. - América Móvil, que segue a legislação do país de origem (CLARO, 2018).

A empresa controla direta e indiretamente as cias; Claro S.A e Americel S.A - Claro, Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. - Claro TV, Primesys Soluções Empresariais S.A. - Primesys, Star One S.A. - Star One, Telmex do Brasil S.A. - Telmex do Brasil e Brasil Center Comunicações Ltda. - Brasil Center, todas atuando no Brasil (CLARO, 2018). Em 2012, a empresa assinou contratos novos adquirindo permissão para exploração de rádio frequências, em diversos estados.

Em 2014 assinou contratos para o 4G, com vigência até 2029, com direitos para explorar as frequências de rádio utilizando-as na prestação do serviço e possuem um prazo determinado. A maioria deles já possui planejamentos para que sejam renovados futuramente por mais 15 anos (CLARO, 2018). No mesmo ano, os acionistas de Claro, Embratel Participações S.A, Empresa Brasileira de Telecomunicações - SAI e NET Serviços de Comunicação S.A. - NET aprovaram em assembleias geral extraordinária a incorporação de Embrapar, Embratel e NET, de forma a consolidar as estruturas e atividades destas empresas em uma única sociedade.

Posterior a criação das Telecomunicações Brasileiras S.A. 1972, a Telebrás, a partir das subsidiárias, o Sistema Telebrás, comprou parte das empresas de telefonia no Brasil, e se tornou um monopólio quanto prestação de atividades de telecomunicação pública em quase todos as regiões do país (TELEFONICA, 2018). Em 1998, anterior a sua privatização, em conformidade com a Lei Geral de Telecomunicações, os sistemas da Telebrás foram estruturados para que pudessem formar outras 12 empresas. Os ativos e passivos da Telebrás começaram a ser destinados a estas novas empresas *holding* que foram criadas.

Em 1998, a Telebrás foi privatizada pelo governo, que vendeu as ações das companhias que haviam sido criadas. Isso incluiu a TelespPar e suas ações na TSP e CTBC Borda, destinadas ao capital privado. A SP Telecomunicações, em 1999, tornou-se SPT Participações S.A, e se transformou em controladora da TelespPar (TELEFONICA, 2018). Em 2010 a Telefónica chegou a um acordo com a Portugal Telecom para a aquisição de 50% do capital social da Brasilcel, N.V. Como resultado dessa transação, a Telefónica passou a deter 100% do capital social da Brasilcel que em 2010, foi incorporada pela Telefónica (TELEFONICA, 2018).

Em 2011 a Vivo Participações solicitou à SEC o cancelamento do registro de suas ADSs - American Depositary Shares, que foram convertidas em ADSs da Companhia. Em outubro de 2011, a ANATEL aprovou a transferência da autorização para prestação dos serviços de SMP no estado de Minas Gerais da Vivo Participações para a Vivo.

4. Sobre a Lei 11.101 de 2005

A Lei 11.101/2005 auxilia os empresários a manter seus negócios, renegociando legalmente com credores. O Artigo 1º define: “Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor” (BRASIL, 2005). Uma empresa entra em situações de insolvência por diversas questões que podem influenciar nas atividades da empresa, como econômicas mundiais, escândalos políticos no país.

A Lei foi criada para a preservação da entidade e para que ela possa saldar seus compromissos, permitindo que ninguém seja lesado ou o mais próximo disso. Por isso, foram criadas as possibilidades de recuperação judicial e de recuperação extrajudicial. No Artigo 5º existem disposições comuns aos processos de falência e recuperação judicial, mas os conceitos são distintos, a falência culmina com a extinção da pessoa jurídica e a execução dos bens. A recuperação judicial tem como objetivo a manutenção da empresa e ajuste da sua situação financeira, na medida que quita os seus débitos, com funcionários, estado, fornecedores, entre outros (BRASIL, 2005).

A recuperação judicial inicia com pedido judicial de falência por parte dos credores, em que a empresa deverá apresentar um plano de viabilidade financeira e o contador é importante. Este plano precisará da aprovação pelo comitê de credores e pelo juízo especializado para que seja dado o início da recuperação judicial da empresa (BRASIL, 2005). A Oi S.A, fez requerimento da recuperação judicial, devido a insolvência, este estudo busca evidenciar a importância do contador no cálculo e análise das informações obtidas a partir dos indicadores da empresa para fins de observação de tendências referentes a inadimplência futura.

5. Metodologia

A metodologia utilizada tem caráter exploratório, usa o método dedutivo e os procedimentos adotados, serão: análise documental e estudo de caso. Para Gil (2010) a pesquisa documental é baseada em documentos elaborados para diversas finalidades. De acordo com Vergara (2013) alguns dos principais documentos utilizados são: balancetes, ofícios, entre outros. O estudo de caso é uma pesquisa mais aprofundada de modo mais específico, que segundo Yin

(2010, p. 39), “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Os dados foram obtidos das demonstrações contábeis já publicadas, sendo retiradas dos portais online da Oi, Claro e Telefônica no período de 2012 a 2016, e foram padronizados. Tendo como base os valores e informações expressos nos Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado do Exercício das empresas.

Foram calculados os indicadores financeiros de liquidez, endividamento e de rentabilidade, as análises, vertical e horizontal no Balanço Patrimonial dentro período citado. Os valores usados como base dentro do Balanço Patrimonial das empresas foram o total do ativo e passivo total. Os resultados são apresentados a seguir.

6. Resultados e Discussões

Os indicadores econômico-financeiros de liquidez, estrutura e rentabilidade da Oi foram calculados e analisados referentes ao período de 2012 a 2016. Para fins de comparação, os mesmos indicadores foram calculados para as empresas Claro e Telefônica. No Quadro 1 são apresentados os indicadores de liquidez das três empresas.

Quadro 1 – Indicadores de Liquidez – OI S.A – Claro S.A e Telefônica S.A (2012 - 2016)

Indicadores de Liquidez	OI S.A						
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	MEDIA	
LIQUIDEZ GERAL	0,78	0,76	0,93	0,86	0,68	0,80	
LIQUIDEZ CORRENTE	1,25	1,15	1,16	1,49	0,44	1,10	
LIQUIDEZ SECA	1,21	1,11	1,14	1,47	0,43	1,07	
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,41	0,18	0,06	0,65	0,13	0,29	
CAPITAL CIRCULANTE LIQUIDO	R\$ 4.048,41	R\$ 2.146,60	R\$ 6.730,00	R\$ 12.492,90	-R\$ 34.042,60	-1724,94	

Indicadores de Liquidez		CLARO S.A					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	MEDIA	
LIQUIDEZ GERAL	0,79	0,42	0,89	0,48	0,44	0,49	
LIQUIDEZ CORRENTE	1,38	0,91	0,79	0,48	0,74	0,86	
LIQUIDEZ SECA	1,3	0,84	0,75	0,44	0,71	0,31	
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,65	0,01	0,04	0,00	0,01	0,15	
CAPITAL CIRCULANTE LIQUIDO	R\$ 2.869,70	R\$ 858,80	R\$ -2.633,10	-R\$ 9.330,00	-R\$ 2.813,30	-2553,1	
Indicadores de Liquidez		TELEFONICA S.A					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	MEDIA	
LIQUIDEZ GERAL	0,88	0,81	0,76	0,77	0,78	0,8	
LIQUIDEZ CORRENTE	1,2	1,16	0,97	1,00	0,9	1,04	
LIQUIDEZ SECA	1,17	1,12	0,94	0,96	0,88	1,02	
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,53	0,48	0,29	0,3	0,25	0,37	
CAPITAL CIRCULANTE LIQUIDO	R\$ 2.734,40	-R\$ 2.168,40	-R\$ 493,60	-R\$ 72,40	-R\$ 2.039,60	459,44	

Fonte: Autores.

Pelos resultados do Quadro 1, a Oi não apresentou capacidade financeira, o índice de liquidez não foi superior a 1,00, que evidencia que a entidade não tinha direitos dentro dos ativos de curto prazo e realizável a longo prazo suficientes para cumprir as obrigações financeiras contratadas. A empresa estava em situação semelhante as concorrentes, o que remete a ideia de condição do cenário econômico.

Os indicadores de liquidez corrente da Oi, evidenciaram capacidade financeira de curto prazo até 2015, superior às concorrentes. Porém, em 2016 o passivo circulante Oi foi maior do que o ativo circulante, não seria viável quitar os compromissos de curto prazo nesse ano. A empresa teria que buscar por alternativas de recursos para efetuar os pagamentos, o que aumenta o risco de insolvência em 2016.

No índice de liquidez seca o estoque é desconsiderado dentro do ativo, mostra se a empresa terá como pagar seus compromissos no curto prazo. Esse indicador foi inferior a 1 em 2016, evidenciando a Oi só poderia quitar 43% das suas obrigações com seus recursos de ativos circulantes de conversão rápida. Comparando com Claro e Telefônica, entre 2012 e 2015 a Oi apresenta resultados superiores às demais. Porém em 2016 as concorrentes, apresentaram percentual maior do que a Oi, 71% e 88% respectivamente.

A liquidez imediata, ficou abaixo de 1, que está ligado com ao fluxo de caixa, em que os investimentos não se materializaram. Então, a Oi teria a necessidade de captação de recursos em 2016 para quitar obrigações de curto prazo. A queda dos indicadores em 2016 pode ser devido ao recuo da economia do Brasil. As concorrentes, mantiveram constância nos indicadores, ou seja, a Oi corre risco de insolvência perante seus credores.

Os indicadores de estrutura patrimonial e endividamento vão indicar o quanto de capital de terceiros está presente nas atividades das empresas (JUNIOR, BEGALLI 2015). No Quadro 2 os resultados indicadores de patrimônio e endividamento.

Quadro 2 – Indicadores de Endividamento (2012 – 2016)

Indicadores de Endividamento		OI S.A					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	MEDIA	
Participação de capitais terceiros	5,1	5,07	4,32	5,71	5,6	5,16	
Endividamento Geral	0,83	0,84	0,81	0,85	0,85	0,84	
Composição do Endividamento	0,3	0,28	0,5	0,32	0,86	0,45	
Imobilização do Capital Próprio	2,04	2,15	1,33	1,77	2,11	1,88	
Indicadores de Endividamento		CLARO S.A					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	MEDIA	
Participação de capitais terceiros	1,8	2,51	3,7	3,06	3,46	2,91	
Endividamento Geral	0,64	0,72	0,79	0,75	0,78	0,73	
Composição do Endividamento	0,36	0,72	0,23	0,37	0,22	0,28	
Imobilização do Capital Próprio	0,81	1,7	2,17	1,93	2,09	1,74	
Indicadores de Endividamento		TELEFONICA S.A					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	MEDIA	
Participação de capitais terceiros	0,57	0,62	0,63	0,48	0,47	0,56	
Endividamento Geral	0,36	0,38	0,38	0,33	0,32	0,36	
Composição do Endividamento	0,53	0,52	0,57	0,54	0,62	0,56	
Imobilização do Capital Próprio	0,39	0,43	0,46	0,44	0,46	0,44	

Fonte: Autores.

A participação de capitais de terceiros da Oi manteve média de 5,16, conforme Quadro 2. Em 2012 o índice foi de 5,10 de capital de terceiros para cada 1,00 de capital próprio, subindo para 5,60 em 2016, evidencia que a Oi depende de fontes externas de financiamento. A Oi apresentou situação desfavorável, pois a média de participação de capitais de terceiros é acima das concorrentes. O endividamento geral da Oi foi superior a 0,81, em desvantagem em relação a Claro e Telefônica com médias de 0,73 e 0,36. Fica evidente que os ativos da empresa são oriundos de terceiros, somente 20 por cento dos ativos são capital próprio, que remete a risco de insolvência.

O endividamento Oi em 2016 foi de 86% das obrigações de curto prazo, tornando desfavorável a situação da empresa. Conforme Quadro 2, as concorrentes apresentaram índices menores. A imobilização do capital próprio foi superior às duas concorrentes, em média de 1,88, em que cada R\$ 1,00 de capital próprio, R\$ 0,88, é capital de giro de terceiros, ou seja, o risco de crédito é superior no período. De 2012 a 2016 a empresa apresentou média de endividamento, superior às concorrentes, que evidencia dificuldades financeiras.

Os indicadores de rentabilidade apresentam as taxas de retorno obtidas sobre os investimentos efetuados pela empresa. No Quadro 3, serão apresentados os resultados referentes aos indicadores de rentabilidade.

Quadro 3 - Indicadores de Rentabilidade (2012 – 2016)

Indicadores de atividade		OI S.A					
ANO		2012	2013	2014	2015	2016	MÉDIA
Taxa de retorno s/ o patrimonio líquido		0,16	0,13	-0,23	-0,37	-0,57	-0,18
Retorno s/ o ativo		0,04	0,03	0,01	-0,06	-0,04	0,00
Giro do Ativo		0,36	0,41	0,27	0,28	0,32	0,33
Margem bruta		0,50	0,46	0,46	0,44	0,35	0,44
Margem Operacional		0,10	0,07	0,04	-0,21	-0,12	-0,02
Margem Líquida		0,07	0,05	-0,16	-0,20	-0,27	-0,10
Indicadores de atividade		CLARO S.A					
ANO		2012	2013	2014	2015	2016	MÉDIA
Taxa de retorno s/ o patrimonio líquido		-0,11	-0,06	-0,25	-0,11	-0,09	-0,12
Retorno s/ o ativo		-0,06	-0,03	-0,07	-0,04	-0,03	-0,04
Giro do Ativo		0,43	0,22	0,49	0,51	0,49	0,43
Margem bruta		0,28	0,37	0,38	0,37	0,38	0,36
Margem Operacional		-0,13	-0,11	-0,14	-0,07	-0,06	-0,10
Margem Líquida		-0,09	-0,08	-0,11	-0,05	-0,04	-0,07
Indicadores de atividade		TELEFONICA S.A					
ANO		2012	2013	2014	2015	2016	MÉDIA
Taxa de retorno s/ o patrimonio líquido		0,10	0,09	0,11	0,05	0,06	0,08
Retorno s/ o ativo		0,06	0,05	0,07	0,03	0,04	0,05
Giro do Ativo		0,48	0,50	0,48	0,40	0,42	0,45
Margem bruta		0,51	0,49	0,51	0,49	0,51	0,50
Margem Operacional		0,20	0,13	0,14	0,11	0,12	0,14
Margem Líquida		0,13	0,11	0,14	0,08	0,10	0,11

Fonte: Autores.

No Quadro 3, verificou-se que em 2012 a Oi alcançou a maior taxa de retorno, atingindo aproximadamente 16% de lucro líquido sobre o patrimônio líquido, sendo superior aos indicadores apresentados pela Claro e Telefônica. De 2014 a 2016 a Oi teve queda das taxas de retorno sobre o patrimônio líquido, as concorrentes mantiveram valores constantes

Com relação ao retorno do ativo a Oi mostrou que, de 2012 a 2014, estava gerando lucros por seus ativos, sendo superior a Claro. De 2015 a 2016, identifica-se queda na capacidade de gerar lucros com os ativos, nas três empresas, o que indica problema no cenário econômico. Quanto ao giro do ativo, a Oi se mostrou constante no período, com uma média, inferior às demais, porém sem apresentar uma diferença muito grande. Analisando os indicadores de outras empresas se pode dizer que é condizente com o mercado e que o resultado é satisfatório.

Nos indicadores de rentabilidade do Quadro 3, a margem operacional da Oi apresentou uma queda de 2015 para 2016, indicando perda da capacidade de obter retorno imediato com as atividades. A margem líquida também diminuiu gradativamente, evidenciado redução na margem de lucro após deduzir suas despesas, tributos e custos. Os índices das três empresas tiveram queda, indicando problemas no cenário econômico do Brasil.

Pelas Análises Vertical e Horizontal pode-se verificar decréscimo das contas do Balanço Patrimonial e DRE das empresas. A análise vertical de 2012 e 2013, identificou que a Oi começou a regressão das contas de ativo, principalmente no ativo circulante. Pela análise horizontal a maioria das contas que possuem possibilidade de se converter em moeda, tiveram decréscimo no período, o que revela tendência de buscar financiamentos de terceiros para aumentar o caixa.

De 2014 para 2015, houve crescimento da representatividade da conta caixa e equivalentes, o que evidencia que a Oi buscou outras formas para aumentar o capital de giro. Na análise horizontal nota-se evolução no ativo circulante, porém não se pode analisar os indicadores isoladamente (MARION, 2012). Os indicadores de liquidez decrescem de 2012 a 2016, enquanto o grau de endividamento aumenta, identifica-se que a empresa buscou recursos de terceiros a curto prazo. As contas de ativo circulante cresceram em relação ao grau de representatividade, mas as obrigações de curto prazo aumentaram em relação à 2013, de 22,18%, para 41,40% em 2014. Os recursos que majoraram as disponibilidades da Oi se originaram de recursos de terceiros. Em 2015, houve redução nos valores a pagar de curto prazo, porém as obrigações cresceram no passivo não circulante.

Pela análise horizontal fica evidente a redução dos valores de caixa. Entre 2015 e 2016 verificou-se que as obrigações de longo prazo sofreram redução. O passivo de curto prazo e os indicadores financeiros de liquidez e solvência cresceram, ou seja, a Oi está com suas finanças comprometidas, não dispondo de recursos próprios para quitar obrigações. Evidencia que a Oi apresentou tendência a insolvência, que gerou o pedido de recuperação judicial em 2016.

Comparando com os resultados das análises vertical e horizontal das concorrentes, a Telefônica apresentou, nos indicadores financeiros solidez financeira superior, mantendo um grau de proporcionalidade das contas constante. Os empréstimos e financiamentos a curto prazo, cresceram de modo significativo na Claro S.A, evidenciando que a empresa necessitava aumentar seu capital de giro de curto prazo.

As três empresas verificadas precisaram buscar recursos de terceiros para financiar atividades, que indica tendência de recessão econômica. Identificou-se que a situação da Oi perante o mercado não era favorável, e que entraria em nível de insolvência, não podendo quitar suas obrigações com os credores.

6. Considerações Finais

A análise dos indicadores econômico-financeiros pode trazer informações que se tratados adequadamente podem gerar benefícios para a administradores das empresas e os interessados, como investidores, governo, fornecedores, entre outros. Foram coletados e padronizando os dados para análise da Oi S.A. Os indicadores econômico-financeiros foram calculados no período de cinco anos, os indicadores foram analisados e apontados os destaques quanto ao risco de insolvência.

Foram aplicados os procedimentos de análise econômico-financeira na Oi S.A e mais duas empresas prestadoras de serviço de telecomunicação para fins de comparação, nas quais os dados foram retirados de demonstrações contábeis publicadas a fim de identificar a tendência de riscos de insolvência a partir dos indicadores. Pelos indicadores de liquidez, endividamento, rentabilidade, as análises vertical e horizontal, se pode dizer que a análise econômico-financeira foi realizada e evidencia as tendências de uma empresa vir a ter riscos de insolvência com seus credores.

A análise pode auxiliar a empresa a planejar a longo prazo, trazendo benefícios para a sociedade, mantendo empregos, pagando tributos em dia e saldando suas dívidas com os fornecedores. Verificou-se que a Oi não conseguiu se manter competitiva no mercado sem buscar recursos de terceiros. Nota-se que não se trata apenas de má gestão, pois na análise das demonstrações também deve considerar o cenário econômico.

Ficou evidente que, de 2014 a 2015, o mercado teve uma queda e entre as três empresas do setor a Oi foi a que mais necessitou de recursos de terceiros, assumindo riscos, com grau baixo de retorno. Não conseguiu ser bem-sucedida e necessitou fazer o pedido de recuperação judicial em 2016.

A limitação na quantidade de informações obtidas para a análise gerou a redução da robustez da análise. Sugere-se uma análise mais aprofundada verificar indicadores de atividades, que resultaria num enfoque mais detalhado com a finalidade de buscar outras formas pelas quais um contador poderia agir.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2018. Lei nº 11.101. **De 9 de fevereiro de 2005**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 11/11/2018.

CLARO, 2018. **Nossa História**. Disponível em: <http://claropar.com.br/claropar/a-empresa/nossa-historia>. Acesso em 11/11/2018

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNIOR, Perez, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e Análise das Demonstrações Financeiras**, 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.

LINS, Luiz Santos; FILHO, José Francisco. **Fundamentos e Análise Das Demonstrações Contábeis: Uma abordagem interativa**, 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**, 7ª ed. São Paulo, Atlas: 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanço**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010

OI, 2018. **Histórico**. Disponível em: <<http://ri.oi.com.br/>>. Acesso em 11/11/2018.

REIS, Arnaldo Carlos Rezende. **Demonstrações Contábeis: Estrutura e Análise**, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TELEFONICA, 2018. **Nossa História**. Disponível em: <<http://ri.telefonica.com.br/>>. Acesso em 11/11/2018.

TELECO. Legislação: **Serviços de Telecomunicações**. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/tutoriais/>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VICECONTI, Paulo. **Contabilidade Avançada** - 17ª edição, São Paulo: Saraiva, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.